

Alubar Metais e Cabos S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas
em 31 de dezembro de 2019**

Conteúdo

Mensagem da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	
individuais e consolidadas	5
Balancos patrimoniais individuais e consolidadas	8
Demonstrações do resultado individuais e consolidadas	9
Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	13

Mensagem da Administração

Grandes realizações e potencial para fazer ainda mais

Quando encerramos o ano de 2018, tínhamos a certeza de que a Alubar não teria mais limites para crescer e já prevíamos a possibilidade de nos tornarmos fornecedores globais. Em 2019, confirmamos mais uma vez o nosso potencial como empresa e mudamos para melhor. Foram desde mudanças na estrutura predial até a instalação de novos equipamentos, reestruturação organizacional com a criação de novas diretorias e investimentos na qualificação de nossos colaboradores.

Atingimos o recorde de mais de 100 mil toneladas de cabos de alumínio e de cobre produzidos. Cada tonelada de vergalhões e cabos elétricos é resultado de inovação, criatividade, máquinas e estruturas de ponta e colaboradores motivados, que aceitam desafios e abraçam os valores da Alubar.

Também assistimos a consolidação dos cabos de alumínio da liga 1120, popularizados por nós no setor elétrico brasileiro por serem mais eficientes para construções de linhas de transmissão. Mais de 90% da produção de vergalhões de ligas de alumínio em 2019 foi para atender esta demanda. Mas não paramos por aí. Seguimos oferecendo soluções para o setor elétrico com a oferta do novo condutor ACFR Alubar, para o qual já temos pedidos de clientes. Construído com tecnologia de ponta, este cabo é ideal para a repotencialização de linhas que abastecem grandes centros urbanos e para grandes travessias.

Como resultado de mais de 20 anos de competência e ética no fornecimento de vergalhões e cabos elétricos para empreendimentos de energia no Brasil, executamos nossos planos de alcançar novos mercados. Adquirimos uma nova fábrica de vergalhões de alumínio no Canadá e uma de cabos elétricos de alumínio no sul do Brasil, que se somam à unidade de Barcarena para estender nosso fornecimento a toda a América. O fornecimento de vergalhões para os Estados Unidos já é uma realidade próxima, mas as possibilidades de expansão em estudo são diversas.

A consolidação do nosso crescimento em 2019 se manifesta também no aumento das oportunidades de contratações e promoções de colaboradores da Alubar, onde sempre valorizamos a competência e a mão de obra local. Nossa presença na mídia também foi mais intensa, com ações de marketing, patrocínios e comunicação digital, que nos ajudam a fortalecer cada vez mais a nossa marca frente aos diversos públicos com os quais nos relacionamos.

Como uma das maiores fabricantes de vergalhões de alumínio e cabos elétricos do mundo, não podemos deixar de lado a nossa responsabilidade com o desenvolvimento sustentável e com os compromissos firmados no Pacto Global das Nações Unidas, do qual somos signatários. Além da conformidade com as melhores práticas de mercado em qualidade, meio ambiente, saúde e segurança do trabalho, os dois projetos sociais desenvolvidos pela empresa em Barcarena – o Japiim e o Catavento – seguem por mais de uma década transformando vidas por meio da profissionalização e da educação.

É importante dizer que todo este crescimento nos motiva ainda mais a não nos acomodarmos. Temos planos para desenvolver ainda mais nos próximos anos, sempre atentos às necessidades atuais e futuras dos nossos mercados.

Rodovia PA-481, Km 2,3
Complexo Portuário de Vila do Conde
Barcarena-PA | CEP 68447-000
Tel.: +55 (91) 3754-7100



Nossos desafios agora passam a ser internacionais. Nossas equipes e estrutura estão preparadas para continuar fazendo o nosso melhor: transformar não só o metal primário em produto acabado, mas transformar para melhor a vida dos nossos colaboradores e da sociedade da qual fazemos parte.

Maurício Gouvea
Diretor Executivo da Alubar Metais e Cabos.



KPMG Auditores Independentes
Tv. Dom Romualdo de Seixas, 1.476, salas 1.505 e 1.506
Ed. Evolution - Bairro Umarizal
66055-200 - Belém/PA - Brasil
Caixa Postal 81 - CEP 66017-970 - Belém/PA - Brasil
Telefone +55 (91) 3321-0150
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e acionistas

Alubar Metais e Cabos S.A.

Barcarena - PA

Opinião adversa

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Alubar Metais e Cabos S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, devido à importância do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião adversa”, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Alubar Metais e Cabos S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião adversa

Conforme mencionado na nota explicativa nº 19 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração da Companhia não reconheceu no resultado do exercício os efeitos da mensuração de instrumentos financeiros derivativos, contratados para proteção contra o risco de contratos de compras previstas em moeda estrangeira, ao valor justo pelo resultado, em atendimento ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Em decorrência desse assunto, em 31 de dezembro de 2019, o ativo circulante e não circulante estão registrados respectivamente a maior em R\$ 33.918 mil e R\$ 6.932 mil, o passivo circulante e não circulante estão registrados respectivamente a menor em R\$ 149.850 mil e R\$ 46.869 mil (em 2018 o passivo circulante e não circulante estão registrados a menor em R\$ 14.859 mil e R\$ 49.038 mil,

respectivamente), e o resultado do exercício a maior em R\$ 173.672 mil (R\$ 108.119 mil em 2018) e o patrimônio líquido está registrado a maior em R\$ 237.569 mil (R\$63.897 mil em 2018), antes dos impostos.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião adversa.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade

operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belém, 29 de maio de 2020

KPMG Auditores Independentes

CRC PA-000742/F

Marcelo Pereira Gonçalves
Contador CRC 1SP220026/O-X

Thiago de Almeida Souza
Contador CRC 1SP251413/O-2



DF alubar
2019_TL22.05_TA25.C

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

1 Contexto operacional

A Alubar Metais e Cabos S.A. (“Companhia” ou “Controladora”), em conjunto com suas controladas denominada “Grupo Alubar” ou “Grupo”, é uma sociedade anônima de capital fechado, de controle estrangeiro, constituída em 31 de agosto de 2006, com sede na Rodovia PA 481 s/n, Km 2,3 - Centro - Barcarena-PA. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como “Grupo”). O Grupo Alubar está envolvido prioritariamente na fabricação de fios, cabos e condutores elétricos de alumínio nus e isolados e cabos de cobre, na produção de alumínio e suas ligas em formas primárias, na fundição de materiais não ferrosos e suas ligas, e na produção de laminados de alumínio e cobre.

1.1 Contrato de fornecimento de alumínio

A Companhia possui contrato de fornecimento de alumínio, sua matéria prima principal, com a Albras Alumínio Brasileiro S.A. “Albras”, sendo este um fornecedor estratégico para as atividades da Companhia. No exercício de 2019 foram fornecidas 84.678 toneladas de alumínio (60.597 toneladas no exercício de 2018), houve um aumento no volume de produção em relação a 2018, devido ao incremento no volume de vendas. A Companhia mantém contrato de compra e venda de alumínio. A interveniente anuente é a Albras, a Companhia Atlas Alumínio S.A., é a atual detentora dos direitos que lhe permitem assegurar quantidades de alumínio primário desejados pela Companhia.

1.2 Expansão da linha de produção do alumínio

A Companhia em 2019 prosseguiu com a expansão de suas operações, construindo um forno de fusão para fundição de lingotes de alumínio, com capacidade produtiva de 60 toneladas/ano e independência do seu principal fornecedor de alumínio líquido. Os investimentos foram de R\$ 11.000, tendo concluído em junho de 2019, e a operação 100% em novembro de 2019.

Tendo em vista o aumento da capacidade produtiva frente ao volume de compras junto ao seu principal fornecedor, conforme destacado na nota explicativa nº 1.1, como também, buscando alternativas para a minimizar a exposição da dependência operacional do fornecimento da matéria-prima, a Companhia realizou novas operações junto a fornecedores para compra de vergalhões de alumínio e lingotes.

A Companhia possui um bom relacionamento com a Albras, mas havendo casos de força maior, sendo necessária a paralisação no fornecimento da matéria-prima, há uma negociação de que seja informado com no mínimo 6 meses de antecedência a impossibilidade de continuar o fornecimento para a Companhia.

1.3 Contexto sobre a opinião adversa no relatório dos auditores

A Companhia em suas atividades operacionais na fabricação de fios, cabos e condutores elétricos de alumínio, possui contrato de fornecimento de alumínio, sua matéria prima principal, que lhe permite assegurar quantidades de alumínio primário desejados pela Companhia.

A tonelada adquirida é valorizada pela cotação da média do alumínio divulgado na bolsa de metais de Londres do mês anterior à data de produção/faturamento e são convertidos para a reais na data de faturamento. No processo de venda a Companhia pactua seus contratos os quais preveem ajuste ao preço em condições similares as condições de valorização das matérias primas adquiridas, mencionadas anteriormente.

A Companhia contrata operações de Hedge - SWAP objetivando a proteção econômica das operações e reduzir a exposição a flutuação do preço do alumínio e taxa de cambio. Por entender que a marcação ao mercado (MTM - *Mark to Market*) desses instrumentos derivativos distorce posição econômica das operações da Companhia podendo gerar acréscimos, como o apontado no balanço de 2017, ou decréscimos, como apontado no balanço de 2019, a Companhia opta por manter a mesma forma de registro contábil adotada desde as primeiras contratações, sendo apurado e registrado o resultado do instrumento financeiro no encerramento de cada contrato.

No ano de 2019, a Companhia apresentou crescimento de 65% em sua receita líquida consolidada, que atingiu R\$ 1.253 milhões. O lucro líquido consolidado do mesmo exercício atingiu R\$139.654 milhões, 139% acima de 2018. Em consonância com o aumento no resultado, gerado a partir de um aumento de produção e por consequente aumento de contratos futuros pactuados que garantem a companhia a totalidade de sua produção vendida nos próximos dois anos, houve, obviamente, aumento na contratação de SWAPs que visa única e exclusivamente proteger a Companhia das flutuações do preço do alumínio e garantir a margem desejada na venda de seus produtos.

A opinião adversa dos auditores independentes advém do resultado entre crescimento exponencial da Companhia, incremento no volume de contratos de SWAP, a manutenção da forma dos registros contábeis, que são realizados de forma a não distorcer a posição econômica das operações, e da conhecida decisão da companhia que sempre optou, de maneira conservadora, em ter contratos de longo prazo que garantam sua operação de maneira consistente mesmo em momentos de crise econômica, vide o crescimento muito acima da média do setor obtido mesmo nos anos da mais profunda crise econômica da história do país.

1.4 Capital circulante líquido - CCL negativo

A Companhia encerrou o exercício de 2019 com o Capital Circulante Líquido (“CCL”) negativo de R\$ 86.875, basicamente em virtude da adoção inicial da norma técnica CPC 06(R2) – Arrendamentos, conforme detalhamento na nota explicativa N° 13 e reclassificações de dívidas de longo prazo para curto em atendimento ao CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, conforme detalhamento na nota explicativa N° 15.

2 Relação de entidades controladas

Segue abaixo lista de controladas do Grupo Alubar:

	País	Participação acionária %	
		2019	2018
Alubar Coppertec Comercial de Fios e Cabos Elétricos Ltda. (a)	Brasil	99%	99%
Alubar Cabos Elétricos Montenegro Importação, Ind e Com Ltda. (b)	Brasil	100%	-
Alubar Canadá Holding Inc. (c)	Canadá	100%	-
Alubar Metals LLC. (d)	Estados Unidos	100%	-

(a) Alubar Coppertec Comercial de Fios e Cabos Elétricos Ltda.

A Companhia constituiu em 19 de maio de 2017 a Alubar Coppertec Comercial de Fios e Cabos Elétricos Ltda., “Alubar Coppertec” na cidade de Cotia, estado de São Paulo, com o objetivo de fornecer vergalhões, fios, cabos condutores elétricos nus e isolados obtidos a partir da transformação de alumínio e cobre. A Companhia é a principal fornecedora de produtos para a revenda pela Alubar Coppertec.

(b) Alubar Cabos Elétricos Montenegro Importação, Ind e Com Ltda.

A Companhia constituiu em 08 de novembro de 2019 a Alubar Cabos Elétricos Montenegro Importação, Industria e Comércio Ltda., na cidade de Montenegro, estado do Rio Grande do Sul, com o objetivo principal de desenvolver e alavancar a produção e comercialização de produtos derivados do alumínio e/ou cobre, podendo, ainda, atuar na importação e exportação de bens, notadamente em razão das identificadas condições favoráveis de fabricação, logística e escoamento de produtos para os países próximos, além de oportunizar o atendimento aos clientes potenciais atualmente não atendidos pela planta de Barcarena, Pará. A planta entrou em operação em Janeiro de 2020.

(c) Alubar Canadá Holding Inc.

A Companhia constituiu em 27 de agosto de 2019 a Alubar Canada Holding Inc., na província de Québec, no Canadá, com o objetivo de produzir vergalhões de alumínio para abastecimento planta de Barcarena e do mercado internacional, em especial para os países da América do Norte, considerando a estratégica posição geográfica da planta. A planta entrou em operação em março de 2020.

(d) Alubar Metals LLC.

A Companhia constituiu em 30 de outubro de 2019 Alubar Metals, LLC, na cidade de Miami - Florida, que é o único acionista e controlador das empresas Alubar Canadá Holding Inc. e Alubar Metais e Cabos S.A., que possuem o objetivo de agenciar as vendas itens de alumínio no mercado internacional. O escritório entrou em operação em março de 2020.

3 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), exceto pelo não reconhecimento dos efeitos de mensuração de instrumentos financeiros derivativos, ao valor justo pelo resultado, em atendimento ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CPC).

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 29 de maio de 2020.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras individuais e consolidadas anuais do Grupo Alubar no qual o CPC 06(R2) – Arrendamentos foram aplicados. As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa nº 4.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

a. Moeda funcional

A moeda funcional de uma Companhia é a moeda do principal ambiente econômico em que ela está inserida e deve ser a moeda que melhor reflete seus negócios e operações. A moeda funcional da Companhia e suas controladas é o Real, exceto suas controladas: (i) Alubar Canadá Holding Inc., que a moeda funcional é o dólar canadense (“CAD”), e a (ii) Alubar Metals LLC., a moeda funcional é o dólar americano (“USD”), e portanto suas demonstrações financeiras foram convertidas para a moeda de apresentação Real.

b. Moeda de apresentação das demonstrações financeiras

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda de apresentação da Companhia, convertendo-se as demonstrações financeiras preparadas por suas controladas: Alubar Canadá Holding Inc., Alubar Metals LLC., respectivamente em dólar canadense e dólar americano para Reais, utilizando os seguintes critérios:

- Ativos e passivos pela taxa de cambio vigente na data do balanço;
- Contas do resultado, do resultado abrangente e demonstração dos fluxos de caixa pela taxa média mensal; e
- Patrimonio líquido ao valor histórico de formação.

Os ajustes resultantes da conversão acima tem sua contra partida reconhecida na rubrica específica do patrimônio líquido denominada “Ajustes de avaliação patrimonial”.

Todas as informações financeiras estão apresentadas em Real e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 11** – Equivalência patrimonial em investidas: determinação se Companhia tem influência significativa sobre uma investida;
- **Nota explicativa nº 11** – Consolidação: determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida;
- **Nota explicativa nº 12** - Imobilizado: Valor residual e a vida útil estimada do ativo imobilizado; e
- **Nota explicativa nº 13** - Prazo do arrendamento: se o Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

(b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 7** - Contas a receber de clientes: Critérios de análise de risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa (redução ao valor recuperável);
- **Nota explicativa nº 17** - Provisão para contingências: Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas por meio da avaliação da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos; e internos a companhia.
A Administração da Companhia não identificou a existência de informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

(i) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro, quando houver.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 16.2 - instrumentos financeiros.

3.4 Mudanças nas principais políticas contábeis

3.4.1 CPC 06(R2) – Arrendamentos

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 06(R2) – Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019, data essa correspondente à renovação do contrato de arrendamento.

O CPC 06(R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos nas demonstrações financeiras de arrendatários. Como resultado, a Companhia, como arrendatária, reconheceu os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento.

(a) Definição de arrendamento

A Companhia arrenda diversos ativos, incluindo terrenos, veículos para transportes de colaboradores e equipamentos para serem utilizados no parque fabril. A Companhia classificava anteriormente arrendamentos operacionais ou financeiros com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia ou não substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos.

A Companhia utilizou como componente do custo os valores de pagamentos de arrendamento fixos ou fixos em essência, que seriam os pagamentos mínimos acordados em contratos com pagamentos variáveis de acordo com atingimento de receitas. Os valores de pagamentos especificamente variáveis estão fora do alcance do CPC 06 (R2) e são reconhecidos mensalmente como despesas operacionais.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

A Companhia é parte em determinados contratos com prazos indeterminados. Considerando que tanto o locador quanto o locatário têm o direito de cancelar o contrato a qualquer momento, com multa insignificante quando houver, a Companhia entende que tais contratos estão fora do alcance do pronunciamento CPC 06 (R2) , fazendo com que os pagamentos sejam reconhecidos como despesas operacionais, quando ocorrerem.

(b) Efeitos de transição

A Companhia aplicou o CPC 06 (R2)/IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada, a qual não exige a rerepresentação dos valores correspondentes, não impacta o patrimônio líquido, bem como não altera o cálculo de dividendos e possibilita a adoção de

expedientes práticos. Portanto, a informação comparativa apresentada para 2018 não foi reapresentada - ou seja, é apresentada conforme anteriormente reportado de acordo com o CPC 06 (R2)/IAS 17 e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo.

Na transição, para arrendamentos classificados como arrendamentos operacionais segundo o CPC 06(R1)/IAS 17, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso foram mensurados ao valor equivalente ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial. Para os arrendamentos classificados como financeiros segundo CPC (R1)/IAS 17, o valor contábil do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento em 1º de janeiro de 2019 foram determinados pelo valor contábil do ativo de arrendamento e do passivo de arrendamento conforme o CPC 06(R1)/IAS 17 imediatamente antes dessa data.

A Companhia optou por utilizar o expediente prático de transição e não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, alugueis de impressoras), bem como de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Adicionalmente, a Companhia excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data de aplicação inicial.

Ao mensurar os passivos de arrendamento para aqueles arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais, a Companhia descontou os pagamentos do arrendamento utilizando a sua taxa incremental de empréstimo em 1º de janeiro de 2019. A taxa média ponderada aplicada foi de 9,29% a.a.

Os impactos contábeis relacionados as mudanças relacionadas a política contábil relacionada ao CPC 06(R2) – Arrendamentos estão descritas na nota explicativa nº 13.

3.4.2 ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32/IAS 12 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação.

A Administração da Companhia conduziu análises dos tratamentos fiscais que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro, acessando seus consultores legais internos e externos a fim de identificar esses tratamentos, assim como mensurá-los e reavaliar aqueles que potencialmente poderiam expor a Companhia a riscos materialmente prováveis de perda. Ao concluir esses estudos, a Administração da Companhia avaliou que nenhuma das posições relevantes adotadas pela Companhia sofreu alteração quanto ao julgamento da probabilidade de perdas geradas por eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias, a luz da Interpretação técnica ICPC 22.

3.5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo e seus impactos registrados somente quando da liquidação da operação; e
Os instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

4 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis a seguir de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, salvo indicação ao contrário quanto a adoção das normas com início da vigência a partir de 1º de janeiro de 2019, conforme apresentado na nota explicativa nº 3.4.

4.1 Base de consolidação

(i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

O processo de consolidação das contas patrimoniais e das contas de resultado corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementado com as seguintes eliminações:

- a.** Eliminação dos ganhos ou perdas registradas por equivalência patrimonial das controladas;
- b.** Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- c.** Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas;
- d.** Eliminação dos saldos de receitas e despesas de operações realizadas entre as empresas consolidadas;

(iii) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

4.2 Receita operacional

A Companhia reconhece receitas quando (ou à medida que) a Companhia satisfizer à obrigação de performance ao transferir o bem ou o serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente. O ativo é considerado transferido quando (ou à medida que) o cliente obtiver o controle desse ativo. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, incentivos, bônus de desempenho ou outros itens similares.

Obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo:

A Companhia transfere o controle do bem ou serviço ao longo do tempo e, portanto, satisfaz à obrigação de performance e reconhece receitas ao longo do tempo, se um dos critérios a seguir for atendido:

- (a) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da Companhia à medida que a Companhia efetiva o desempenho;
- (b) o desempenho por parte da Companhia cria ou melhora o ativo que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado; ou
- (c) o desempenho por parte da Companhia não cria um ativo com uso alternativo para a Companhia e a Companhia possui direito executável (*enforcement*) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.

Obrigação de *performance* satisfeita em momento específico no tempo:

Se a obrigação de *performance* não for satisfeita ao longo do tempo de acordo, a Companhia deverá satisfazer à obrigação de *performance* em momento específico no tempo. Para determinar o momento específico no tempo no qual o cliente obtém o controle do ativo prometido e a Companhia satisfaz à obrigação de *performance*, a Companhia deve considerar os requisitos para controle. Além disso, a Companhia deve considerar os indicadores da transferência de controle, os quais incluem, entre outros, os seguintes:

- (a) a Companhia possui um direito presente a pagamento pelo ativo - se o cliente estiver presentemente obrigado a pagar pelo ativo, isso pode indicar que o cliente obteve a capacidade de direcionar o uso do ativo sujeito à troca e de obter, substancialmente, a totalidade dos benefícios restantes desse ativo;
- (b) o cliente possui a titularidade legal do ativo - titularidade legal pode indicar qual parte do contrato tem a capacidade de direcionar o uso do ativo e de obter substancialmente a totalidade dos benefícios restantes desse ativo ou de restringir o acesso de outras Companhias a esses benefícios. Portanto, a transferência da titularidade legal do ativo pode indicar que o cliente obteve o controle do ativo. Se a Companhia retém a titularidade legal exclusivamente como proteção contra o não pagamento pelo cliente, esses direitos da Companhia não impedem o cliente de obter o controle do ativo;
- (c) a Companhia transferiu a posse física do ativo - a posse física do ativo pelo cliente pode indicar que o cliente tem a capacidade de direcionar o uso do ativo e de obter substancialmente

a totalidade dos benefícios restantes desse ativo ou de restringir o acesso de outras Companhias a esses benefícios;

(d) o cliente possui os riscos e os benefícios significativos da propriedade do ativo - a transferência dos riscos e benefícios significativos da propriedade do ativo para o cliente pode indicar que o cliente obteve a capacidade de direcionar o uso do ativo e de obter substancialmente a totalidade dos benefícios restantes desse ativo. Contudo, ao avaliar os riscos e os benefícios significativos da propriedade do ativo prometido, a Companhia deve excluir quaisquer riscos que deem origem à obrigação de *performance* separada adicional à obrigação de *performance* que consiste em transferir o ativo;

(e) o cliente aceitou o ativo - o aceite do ativo pelo cliente pode indicar que ele obteve a capacidade de direcionar o uso do ativo e de obter substancialmente a totalidade dos benefícios restantes desse ativo.

4.3 Benefício a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Plano de saúde médico e odontológico, ajuda educacional e participação nos resultados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas ou custos conforme o serviço relacionado seja cobrado. A Companhia não possui acordos de pagamentos baseados em ações, planos de contribuição definida, planos de benefício definidos ou qualquer outro benefício de longo prazo a empregados.

4.4 Subvenções governamentais

Incentivos governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao valor justo ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

A Companhia recebe incentivos da União na forma de redução do imposto de renda à base de 75%, com habilitação prévia na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). O cálculo, na modalidade lucro da exploração, segue regras definidas por lei. O benefício do Alumínio possui vigência até o ano-calendário 2026 e o benefício do Cobre possui vigência até o ano-calendário 2027.

A Companhia também goza de benefícios do Governo do Estado do Pará em relação ao recolhimento do tributo ICMS de sua responsabilidade. A forma prevista é de um percentual fixo de 95% calculado a título de crédito presumido a abater o saldo devido pelo faturamento/saídas internas e interestaduais dos produtos fabricados no Estado do Pará pela Companhia, de acordo com a Resolução nº 20 de 15/09/2010, Órgão Comissão da Política de Incentivos ao Desenvolvimento Socioeconômico do Estado do Pará. A validade do benefício é de 15 anos, contados a partir de setembro de 2010. Os montantes utilizados no exercício de 2019 foram R\$ 175.551 (R\$ 113.278 no exercício de 2018), conforme nota explicativa nº 27.

4.5 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variação monetária e cambial, ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e financiamentos em moeda estrangeira. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros e variação cambial sobre empréstimos e impostos parcelados. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado por meio do método de juros efetivos até a data de sua conclusão.

4.6 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os saldos correntes são reconhecidos no resultado do exercício.

Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

A Companhia deve compensar os ativos fiscais correntes e os passivos fiscais correntes se, a Companhia:

Tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e
Pretender liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O imposto de renda da Alubar Canadá Holding Inc. (controlada no exterior - Canadá), e Alubar Metals LLC. (controlada no exterior – Estados Unidos) e calculado baseado na legislação local e as alíquotas fiscais vigentes para cada país.

4.7 Estoques

Os estoques são mensurados pelo método do custo médio, cada unidade em estoque se altera pelas compras de outras unidades por um preço diferente, o método MPM (Média Ponderada Móvel ou Preço Médio Ponderado), o estoque é controlado permanentemente e, a cada aquisição de mercadorias, o cálculo de custos é refeito. Se somam os custos do primeiro lote com os do segundo lote e divide-se pela quantidade total de produtos. Este controle faz com que o preço médio do patrimônio estocado ofereça uma rentabilidade mediana e segura, ou seja, o método de custo médio ponderado corresponde à ponderação entre os valores de estoques, de forma que sua valorização unitária corresponda a média de cálculo das entradas. Os produtos produzidos pela Companhia obedecem o método de custeio por absorção na valorização dos estoques.

Os estoques estão registrados ao custo médio de aquisição, líquido de provisões para perdas, quando aplicável, e não excedem ao custo de reposição ou ao valor líquido de realização.

4.8 Imobilizado

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) *Custos subsequentes*

Custo subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) *Depreciação*

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

	Taxas médias anuais
Edificações	2% a 8%
Instalações	5% a 10%
Máquinas e equipamentos	2% a 10%
Móveis e utensílios	10%
Veículos	7% a 20%
Computadores e periféricos	20%
Benfeitorias	2% a 8%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2% a 8%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

(iv) *Obras e imobilizações em andamento*

Obras em andamento representam os desembolsos realizados para investimentos na planta da Companhia. O custo inclui todos os gastos relacionados diretamente a projetos específicos que irão influir positivamente no seu desempenho operacional.

4.9 Ativos intangíveis

(i) **Reconhecimento e mensuração**

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) **Gastos subsequentes**

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) **Amortização**

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas do ativo intangível são as seguintes:

	Taxas médias anuais
Sistema de processamento de dados	20%

4.10 Instrumentos financeiros

(i) **Reconhecimento e mensuração inicial**

Os contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) **Classificação e mensuração subsequente**

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao VJR. A Companhia não possui ativo financeiro ao VJORA.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado

Instrumentos patrimoniais a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. A Companhia não possui derivativos embutidos.

A Companhia utiliza instrumentos de proteção (*Hedge - SWAP*) para diferenças de moedas estrangeiras oriundas entre a moeda da operação no exterior e a sua moeda funcional (Real).

4.11 Capital social

(i) **Ações ordinárias**

O capital social é composto por ações ordinárias.

(ii) **Distribuição de dividendos**

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas CPC 25/IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e ICPC 08 (R1) – Contabilização da Proposta de Pagamentos de Dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual sejam distribuídos a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários.

4.12 Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) **Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia elaborou um estudo que presume o tempo em que o risco de crédito de um ativo financeiro aumenta significativamente se este estiver em atraso. Vide nota explicativa nº **Erro! Fonte de referência não encontrada.** para maiores detalhes.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou

- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

(ii) Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

(iii) Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

(iv) Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(v) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros e para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Companhia não identificou nenhuma perda referente às UGCs para os exercícios de 2019 e 2018.

4.13 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

As provisões para processos judiciais são constituídas para todos os processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.14 Custo dos empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

4.15 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia:

- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18(R2)).
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15(R1)).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26(R1) e CPC 23).

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Caixa	3	3	3	3
Bancos conta movimento (a)	85.511	10.740	48.088	10.716
Aplicação financeira (b)	16.377	135	16.377	135
Total caixa e equivalente de caixa	101.891	10.878	64.468	10.854

- (a) Além do aumento relacionado ao acréscimo de faturamento, as principais fontes de captação de recursos em 2019 foram os Bancos Credit Suisse, Banco Industrial do Brasil, BTG Pactual, Banco do Brasil e Banco da Amazônia, captações realizadas para capital de giro e investimentos, que serão realizados ao início e durante o exercício de 2020.
- (b) As aplicações financeiras referem-se a aplicações em fundo de investimento de liquidez imediata, são indexadas CDI e visam atender compromissos de curto prazo. Referidos valores são aplicações automáticas vinculadas à conta corrente em instituições financeiras e seu rendimento bruto no exercício de 2019 foi de 1,38% a.a. (4,36% a.a. em 2018).

As aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Essas operações têm vencimentos inferiores a três meses da data de contratação e com compromisso de recompra pelo emissor, logo são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2) – Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

6 Aplicações financeiras

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Banco do Brasil (a)	9.447	5.016	9.447	5.016
Banco BTG Pactual (a)	6.636	2.670	6.636	2.670
Banco da Amazônia (c)	3.676	1.607	3.676	1.607
Banco Santander (a)	3.000	-	3.000	-
Banco Pine (a)	1.043	-	1.043	-
Banco Banpará (b)	1.052	-	1.052	-
Total das aplicações financeiras	24.854	9.293	24.854	9.293

- (a) As aplicações financeiras são contrapartidas de contratos de empréstimos e fianças bancárias, que estão sendo aplicadas no circulante em função do vencimento das garantias, bem como o descumprimento de obrigações contratuais dos empréstimos e financiamentos. O rendimento apurando em 2019 foi de 1,38% a.a..
- (b) A aplicação do banco Banpará é uma contrapartida de reciprocidade com o banco com rendimento de 5,20% apurado em 2019.
- (c) A aplicação financeira do Banco da Amazônia refere-se a aplicações em títulos de capitalização, com vigência de 40 meses, que venceu em outubro de 2018, podendo ser resgatado a qualquer momento são ativos financeiros com

liquidez imediata. Os títulos são atualizados mensalmente pela taxa referencial definida, que rendeu cerca de 1,88% em 2019.

7 Contas a receber de clientes

(i) Composição dos saldos

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Contas a receber de clientes	200.763	182.587	192.651	179.507
Contas a receber de partes relacionadas	-	-	10.879	5.250
Contas a receber em moeda estrangeira	354	2.383	354	2.383
(-) Provisão para redução ao valor recuperável	(2.685)	(2.006)	(2.685)	(2.006)
Total contas a receber de clientes	<u>198.432</u>	<u>182.964</u>	<u>201.199</u>	<u>185.134</u>

(ii) Saldos do contas a receber por faixa de vencimento

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
A vencer	169.149	166.422	170.392	166.372
Vencido de 1 a 30 dias	19.325	5.215	20.149	5.527
Vencido de 31 a 90 dias	1.148	6.602	1.834	8.701
Vencido de 91 a 180 dias	861	1.719	963	2.121
Vencido acima de 181 dias	10.634	5.012	10.546	4.419
Total	<u>201.117</u>	<u>184.970</u>	<u>203.884</u>	<u>187.140</u>

(iii) Concentração de carteira

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Maior cliente	22.691	47.158	21.569	46.750
2° ao 11° maior cliente	88.286	90.601	90.061	94.158
12° ao 50° maior cliente	76.215	38.282	78.329	37.303
Outros	13.925	8.929	13.925	8.929
Total	<u>201.117</u>	<u>184.970</u>	<u>203.884</u>	<u>187.140</u>

(iv) Movimentação da provisão para redução ao valor recuperável

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial do exercício	(2.006)	(1.730)	(2.006)	(1.730)
Recuperação	-	127	-	127
Constituição de provisão	(679)	(403)	(679)	(403)
Saldo final do exercício	<u>(2.685)</u>	<u>(2.006)</u>	<u>(2.685)</u>	<u>(2.006)</u>

A Companhia realiza análise individualizada de perda efetiva dos títulos para determinar a provisão para redução ao valor recuperável, que é constituída em cada exercício. Do valor de R\$ 2.685 provisionado em 31 de dezembro de 2019, 98,65% referem-se a recebíveis em tramite de processos judiciais e o restante são processos que estão em negociação e cobrança interna.

Informações adicionais sobre como a Companhia mensura a provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber estão descritas na nota explicativa nº 19.

A exposição da Companhia a riscos de crédito, moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas ao contas a receber de clientes, estão divulgadas na nota explicativa nº 19.

8 Estoques

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Produtos acabados	14.279	31.061	14.147	30.951
Produtos em processos	27.428	31.732	27.428	31.732
Matérias-primas e materiais de consumo	85.300	35.286	82.808	32.301
Insumos e materiais de embalagem	4.151	2.963	4.122	2.856
Total estoques	131.158	101.042	128.505	97.840

A Companhia avaliou seus estoques existentes em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e concluiu não ser necessário a constituição de provisão para obsolescência dos estoques.

9 Impostos a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
COFINS a recuperar (a)	59.797	44.895	58.974	43.936
PIS a recuperar (a)	17.161	12.972	16.983	12.763
Retenções a recuperar	6.998	4.698	2.288	1.202
Imposto de renda - Pessoa Jurídica	1.117	504	1.117	504
IPI a recuperar	850	851	850	850
Total impostos a recuperar	85.923	63.920	80.212	59.255

- (a) A Companhia apura créditos de PIS e COFINS sobre aquisições de insumos para produção de bens destinados à venda. Estes créditos são utilizados periodicamente para compensação de passivos fiscais, mediante processos administrativos devidamente formalizados junto à Receita Federal do Brasil.

No exercício de 2019 a Companhia teve um aumento em relação ao exercício de 2018 em torno de 89% nas operações com Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI (Suspensão da exigibilidade de PIS/COFINS), justificando aumento nos referidos saldos.

10 Benefício para reinvestimento

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Reinvestimentos legais - SUDAM	5.603	5.302	5.603	5.302
Total benefício para reinvestimento	5.603	5.302	5.603	5.302

O saldo da conta reinvestimento legais refere-se aos depósitos de anos anteriores a 30% do imposto devido (IRPJ) realizados pela Companhia em projetos de modernização, ampliação ou complementação de equipamento, sendo a movimentação desta conta referente a capitalização da operação.

A Companhia é obrigada a realizar o depósito quando o limite do Investimento for positivo, ou seja, quando o Imposto devido a 15% do lucro Real for maior que as deduções.

A Companhia adota como base o imposto devido a 15% do Lucro da Exploração e no exercício de 2019 não obteve margem para depósitos para reinvestimento em suas atividades na área de atuação da SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia SUDAM, a qual administra a concessão do benefício.- Decreto nº 4.212/2002.

A movimentação dos saldos foram conforme a seguir demonstrados:

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial do exercício	5.302	5.998	5.302	5.998
Compensação/capitalização	<u>301</u>	<u>(696)</u>	<u>301</u>	<u>(696)</u>
Saldo final do exercício	<u>5.603</u>	<u>5.302</u>	<u>5.603</u>	<u>5.302</u>

11 Investimento

(i) *Movimentação dos Investimentos*

A movimentação dos investimentos em controladas, apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas individuais da controladora, é como segue:

Controlada	2018	Aporte de capital	2019
Alubar Coppertec Comercial de Fios e Cabos Elétricos Ltda. .	399	-	399
Alubar Cabos Elétricos Montenegro Importação, Ind e Com Ltda.	-	14.200	14.200
Alubar Canadá Holding Inc.	-	102.096	102.096
Alubar Metals LLC.	-	1	1
31 de dezembro	<u>399</u>	<u>116.297</u>	<u>116.696</u>

(ii) *Informações Financeiras resumidas*

2019	Participação acionária	Ativo Circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado líquido
Alubar Coppertec Comercial de Fios e Cabos Elétricos Ltda.	99%	8.425	2.208	8.302	3.464	(1.133)	(1.447)
Alubar Cabos Elétricos Montenegro Importação, Ind e Com Ltda.	100%	2.495	15.816	2.917	1.094	14.200	-
Alubar Canadá Holding Inc.	100%	39.762	66.623	6	3.882	102.497	(1.007)
Alubar Metals LLC.	100%	1	-	-	-	1	-
		<u>50.683</u>	<u>84.647</u>	<u>11.225</u>	<u>8.440</u>	<u>115.565</u>	<u>(2.454)</u>
2018	Participação acionária	Ativo Circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado líquido
Alubar Coppertec Comercial de Fios e Cabos Elétricos Ltda.	99%	16.483	1.274	11.023	6.420	314	(266)

12 Ativo imobilizado

(i) Controladora

	Terreno	Edificações	Benfeitorias	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Obras em andamento	Imobilizações em andamento	Adto para imobilizado	Total
Movimentação do custo													
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	125.328	-	-	7.626	249.334	4.832	2.881	3.247	20.585	49.926	5.157	468.916
Adições (*)	-	-	-	-	5	498	287	115	341	28.146	82.931	4.078	116.401
Transferências	-	(22.313)	1.440	-	(2.403)	55.209	(119)	(813)	(327)	(1.738)	(28.299)	(14)	623
Baixas	-	(1.311)	-	-	-	(1.390)	-	(7)	(5)	(32)	(665)	-	(3.410)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	101.704	1.440	-	5.228	303.651	5.000	2.176	3.256	46.961	103.893	9.221	582.530
Adições (*)	-	-	-	-	5	1.770	170	350	278	54.073	36.087	6.388	99.121
Transferências	969	50.123	-	287	1.980	94.970	117	652	774	(57.667)	(92.205)	-	-
Transferências para outros grupos do ativo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.410)	(13.655)	(18.065)
Baixas	-	-	-	-	-	(724)	-	(2)	(9)	(592)	(367)	-	(1.694)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	969	151.827	1.440	287	7.213	399.667	5.287	3.176	4.299	42.775	42.998	1.954	661.892
Movimentação da depreciação													
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	(26.212)	-	-	(4.975)	(84.173)	(2.488)	(1.353)	(1.485)	-	-	-	(120.686)
Depreciação	-	(3.330)	-	-	(285)	(11.540)	(634)	(229)	(472)	-	-	-	(16.490)
Transferências	-	10.964	-	-	2.694	(14.959)	1.048	253	-	-	-	-	-
Baixas	-	384	-	-	-	1.162	-	-	-	-	-	-	1.546
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	(18.194)	-	-	(2.566)	(109.510)	(2.074)	(1.329)	(1.957)	-	-	-	(135.630)
Depreciação	-	(3.346)	-	-	(200)	(12.851)	(645)	(219)	(297)	-	-	-	(17.558)
Baixas	-	-	-	-	-	319	-	1	9	-	-	-	329
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	(21.540)	-	-	(2.766)	(122.042)	(2.719)	(1.547)	(2.245)	-	-	-	(152.859)
Valor contábil													
Em 31 de dezembro de 2018	-	83.510	1.440	-	2.662	194.141	2.926	847	1.299	46.961	103.893	9.221	446.900
Em 31 de dezembro de 2019	969	130.287	1.440	287	4.447	277.625	2.568	1.629	2.054	42.775	42.998	1.954	509.033

(*) Consta o montante de adição que refere-se à juros capitalizados no valor de R\$ 15.659 (R\$ 7.061 em 31 de dezembro 2018) de acordo com as regras do CPC 20 - Custos dos empréstimos, conforme explicado na nota explicativa nº 12. Logo, tal valor encontra-se ajustado na apresentação das demonstrações dos fluxos de caixa do exercício.

(ii) Consolidado

	Terreno	Edificações	Benfeitorias	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Obras em andamento	Imobilizações em andamento	Adto para imobilizado	Total
<i>Movimentação do custo</i>													
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	125.328	-	-	7.626	249.334	4.832	2.881	3.247	20.585	49.926	5.157	468.916
Adições (*)	-	-	-	-	5	498	287	115	341	28.146	84.205	4.078	117.675
Transferências	-	(22.313)	1.440	-	(2.403)	55.209	(119)	(813)	(327)	(1.738)	(28.299)	(13)	624
Baixas	-	(1.311)	-	-	-	(1.390)	-	(7)	(5)	(32)	(665)	-	(3.410)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	101.704	1.440	-	5.228	303.651	5.000	2.176	3.256	46.961	105.167	9.222	583.805
Adições (*)	1.532	14.123	-	-	5	39.362	429	350	299	54.073	66.002	6.388	182.563
Transferências	969	50.123	-	287	1.980	96.074	117	679	807	(57.667)	(93.369)	-	-
Transferências para outros grupos do ativo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.495)	(13.656)	(18.151)
Baixas	-	-	-	-	-	(724)	-	(2)	(9)	(592)	(367)	-	(1.694)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.501	165.950	1.440	287	7.213	438.363	5.546	3.203	4.353	42.775	72.938	1.954	746.523
<i>Movimentação da depreciação</i>													
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	(26.212)	-	-	(4.975)	(84.173)	(2.488)	(1.353)	(1.485)	-	-	-	(120.686)
Depreciação	-	(3.330)	-	-	(285)	(11.540)	(634)	(229)	(472)	-	-	-	(16.490)
Transferências	-	10.964	-	-	2.694	(14.959)	1.048	253	-	-	-	-	-
Baixas	-	384	-	-	-	1.162	-	-	-	-	-	-	1.546
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	(18.194)	-	-	(2.566)	(109.510)	(2.074)	(1.329)	(1.957)	-	-	-	(135.630)
Depreciação	-	(3.346)	-	-	(200)	(12.972)	(645)	(223)	(307)	-	-	-	(17.693)
Baixas	-	-	-	-	-	319	-	1	9	-	-	-	329
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	(21.540)	-	-	(2.766)	(122.163)	(2.719)	(1.551)	(2.255)	-	-	-	(152.994)
<i>Valor contábil</i>													
Em 31 de dezembro de 2018	-	83.510	1.440	-	2.662	194.141	2.926	847	1.299	46.961	105.167	9.222	448.175
Em 31 de dezembro de 2019	2.501	144.410	1.440	287	4.447	316.200	2.827	1.652	2.098	42.775	72.938	1.954	593.529

Obras em andamento (Edificações)

Em 31 de dezembro de 2019 o montante de R\$ 42.775 (R\$ 46.961 em 31 de dezembro de 2018) de obras em andamento refere-se a projetos de expansão da Companhia que se encontram ativos relacionado a Edificações civis e Instalações elétricas.

Imobilizações em andamento (Máquinas e equipamentos)

O saldo em 31 de dezembro de 2019 de R\$ 42.998 (R\$ 103.893 em 31 de dezembro de 2018) correspondente às imobilizações em andamento da Companhia está composto por R\$ 7.665 correspondente ao laminador *Upcast* (R\$ 20.285 em 31 de dezembro de 2018), R\$ 13.340 correspondente à aquisição de uma nova trefiladora monofilar, R\$ 11.602 correspondente à aquisição de uma nova encordoadora rígida, R\$ 5.497 correspondente à aquisição de uma nova reunidora tubular e R\$ 4.894 (R\$ 6.837 em 31 de dezembro de 2018) correspondente aos demais equipamentos em processo de montagem da nova linha de produção do Alumínio (nota explicativa nº 1.2). A expectativa da Companhia é que ocorra a implantação definitiva de cada um destes projetos a partir de 2020.

Adiantamento a fornecedores de imobilizado

O saldo em 31 de dezembro de 2019 de adiantamento a fornecedores de imobilizado era de R\$ 1.954.

13 Arrendamentos

O Grupo Alubar arrenda terrenos e veículos de transporte de colaboradores. Os arrendamentos de terrenos normalmente duram vinte anos, e os veículos de transporte variam entre um e dois anos, com opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados anualmente, para refletir os valores de mercado.

O arrendamento de terreno foi firmado em Julho de 1995 e atualmente já está em sua terceira renovação. Os arrendamentos de veículos são contratos de curta duração variando entre 1 e 2 anos. Anteriormente, esses arrendamentos eram classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1).

As informações sobre arrendamentos para os quais o Grupo Alubar é o arrendatário são apresentadas abaixo e na descrição da prática contábil conforme nota explicativa 3.4.1.

(a) Arrendamentos como arrendatário - direito de uso

Os ativos de direito de uso relacionados a propriedades arrendadas que não atendem à definição de propriedade para investimento são apresentados como ativo imobilizado.

	Terreno
Em 1º de janeiro	-
Adições a ativos de direito de uso	17.572
Despesa de depreciação do exercício	(4.314)
Em 31 de dezembro	13.258
(i) Valores reconhecidos no resultado	2019
Arrendamentos de acordo com o CPC 06(R2)	
Adições a ativos de direito de uso	17.572
Amortização de arrendamentos	(4.513)
Juros sobre arrendamento	199
Em 31 de dezembro	13.258
(ii) Valores reconhecidos na demonstração dos fluxos de caixa	
Saídas de caixa total para arrendamentos	(4.513)
Juros sobre arrendamento	199
Despesa de depreciação do exercício	4.314

14 Fornecedores e outras contas a pagar

(i) Composição dos saldos

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Fornecedores				
Matéria prima alumínio	68.018	41.297	62.969	41.297
Matéria prima cobre	3.325	5.459	3.325	-
Insumos	10.946	11.934	10.946	11.934
Aquisição de máquinas e equipamentos	2.679	20.522	2.679	20.522
Diversos	11.606	17.794	11.431	17.706
Total de fornecedores	96.574	97.006	91.350	91.459
Outras contas a pagar				
Operações de <i>forfaiting</i> (a)	32.161	42.072	32.161	42.072
Credores diversos	1.171	773	1.171	773
Total de outras contas a pagar	33.332	42.845	33.332	42.845
Total de fornecedores e outras contas a pagar	129.906	139.851	124.682	134.304

(a) Operações de *forfaiting*:

A Companhia possui convênios firmados com bancos parceiros que possibilitam estruturar, com seus principais fornecedores, uma operação de cessão de crédito usualmente denominada "*forfaiting*". Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para o banco, que por sua vez, passa a ser credor da operação. Não há alteração significativa dos prazos originalmente estabelecidos com os fornecedores, no entanto, a Companhia arca com os custos e taxas desta transação.

(ii) Concentração

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Maior fornecedor (Albras)	62.092	51.650	62.092	51.650
2º ao 11º fornecedor	27.291	39.187	16.655	39.187
Outros	40.523	49.014	45.935	43.467
Total	129.906	139.851	124.682	134.304

15 Empréstimos e financiamentos

(i) Composição dos saldos

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Operações com garantia	295.146	248.556	295.146	248.556
Operação sem garantia	222.092	70.884	222.092	70.884
Subtotal	517.238	319.440	517.238	319.440
(-) Custo de captação	(2.022)	(2.820)	(2.022)	(2.820)
Total empréstimos e financiamentos	515.216	316.620	515.216	316.620
Circulante	313.357	169.913	313.357	169.913
Não circulante	201.859	146.707	201.859	146.707

(ii) Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Saldo no início do exercício	316.620	226.756	316.620	226.756
Captações	407.895	396.675	407.895	396.675
Custo de captações	(1.862)	-	(1.862)	-
Encargos e juros (*)	36.608	29.324	36.608	29.324
Pagamentos de principal + juros	(242.786)	(334.998)	(242.786)	(334.998)
Reclassificação juros custo captação	-	(1.137)	-	(1.137)
Efeito cambial sobre empréstimo em moeda estrangeira	(1.259)	-	(1.259)	-
Saldo no fim do exercício	515.216	316.620	515.216	316.620

(*) Consta no montante de encargos e juros o valor de R\$ 15.659 (R\$ 7.061 em 31 de dezembro 2018) que não teve contrapartida no resultado do exercício uma vez que foi capitalizado no imobilizado de acordo com as regras do CPC 20 - Custos dos Empréstimos. Adicionalmente foi transferido para o grupo de mútuos o montante de R\$ 1.968 em 2019. Logo, tal valor encontra-se ajustado na apresentação das demonstrações dos fluxos de caixa do exercício.

(iii) Cronograma de amortização (sem efeito da quebra de cláusulas restritivas conforme item (vi))

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
2019	-	122.686	-	122.686
2020	228.556	69.548	228.556	69.548
2021	137.144	127.206	137.144	127.206
2022	105.125	-	105.125	-
2023	14.924	-	14.924	-
2024	14.924	-	14.924	-
2025	14.924	-	14.924	-
2026	1.641	-	1.641	-
Total	517.238	319.440	517.238	319.440

(iv) Debêntures

Em 31 de dezembro de 2019 o montante de R\$ 23.035 (R\$ 27.959 em 31 de dezembro de 2018), referem-se a emissão de debêntures conversíveis em ações, entretanto apenas 15% do passivo pode ser conversível em ações. Tais valores são vinculados aos projetos da SUDAM com vencimento em 15 de junho de 2023. As debêntures são classificadas como dívida, pois o debenturista não assume riscos referente ao negócio e a conversão dos valores em ações subscritas é limitado em até 15% do valor do passivo, adicionalmente é necessário abertura de capital junto a Comissão de Valores Mobiliários - CVM para que possa ocorrer tal integralização. As debêntures incorrem em juros fixos sobre o valor contratado e o período para pagamento é determinado em 144 meses, após período de carência encerrado em 15 de junho de 2015.

As referidas operações de debêntures estão contidas no quadro “(i)” FNO Garantido Longo prazo em operações com garantia.

(v) Garantias

A Companhia possui contratos com o Banco da Amazônia nos valores de R\$ 122.603, R\$ 12.367, R\$ 31.474 e R\$ 39.145, tendo como garantias bens patrimoniais no valor total de R\$ 94.281, R\$ 84.449, R\$ 51.003 e R\$ 53.198, respectivamente. Em 2019, a Alubar captou com o Banco da Amazônia três empréstimos para capital de giro que totalizam R\$ 47.874, acrescentando a garantia em conta reserva de R\$ 4.556 em mais R\$ 5.051, totalizando em R\$ 9.607 em conta reserva para o BASA. Além disso, a companhia captou com o banco do Brasil R\$ 5.900 com R\$ 6.879 em garantia de estoque de produtos acabados.

(vi) Cláusulas restritivas (covenants)

A Companhia possui obrigações contratuais (covenants) financeiros e não financeiros com os bancos: Banco do Brasil, Santander, BTG Pactual, PINE, Itaú e Caixa Econômica Federal..

Na data base relativa às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019, havia descumprimento não curado relacionado a parte de obrigações não pecuniárias previstas nos contratos de empréstimos junto aos bancos: Credit Suisse, Santander e BTG Pactual, neste sentido os respectivos saldos mantidos no passivo não circulante referente às transações com os bancos citados, no montante de R\$ 74.347, foi reclassificado para o passivo circulante, em atendimento ao CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

De acordo com as normas mencionadas acima, a reclassificação deve ocorrer nas situações em que o descumprimento de obrigações contratuais dê ao credor o direito de solicitar a Companhia o pagamento dos vencimentos no curto prazo. Neste contexto, ressalta-se que nenhum dos credores solicitou o referido pagamento antecipado dos vencimentos e que a Companhia tem feito pontualmente a liquidação de suas obrigações de serviço de dívida de acordo com a agenda de amortização original, conforme está sendo apresentado no item (iii) desta nota explicativa.

16 Obrigações fiscais e tributárias

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
ICMS	3.019	422	3.005	420
IPI	23.085	10.114	23.085	10.114
IRRF	75	379	70	362
ISS	119	372	118	371
IOF	73	73	73	73
Impostos a recolher (i)	26.371	11.360	26.351	11.340
IRPJ parcelado	4.636	510	4.636	510
REFIS parcelado	253	253	253	253
IPI parcelado	23.963	28.130	23.963	28.130
CSLL parcelado	10.286	2.091	10.286	2.091
INSS parcelado	6.190	2.936	6.190	2.936
Parcelamentos (ii)	45.328	33.920	45.328	33.920
INSS terceiros	362	858	265	761
PIS/COFINS/CSLL	98	559	97	544
Contribuição Sindical	8	5	8	5
Contribuições a recolher	468	1.422	370	1.310
Total obrigações fiscais e tributárias	72.167	46.702	72.049	46.570
Circulante	35.967	16.836	35.849	16.704
Não circulante	36.200	29.866	36.200	29.866

(i) Impostos a recolher

O saldo de impostos a recolher é compensado periodicamente com os créditos de PIS e COFINS apurados sobre insumos (nota explicativa nº 8).

(ii) Parcelamentos

Houve aumento no exercício de 2019 em virtude da adesão de 3 novos parcelamentos: (i) parcelamento de (INSS) no valor de R\$ 3.804, tipo de parcelamento ordinário com prazo de liquidação em 60 meses; (ii) parcelamento de (IRPJ) no valor de R\$ 4.644, tipo de parcelamento ordinário com prazo de liquidação em 60 meses; e (iii) parcelamento de (CSLL) no valor de R\$ 9.199, tipo de parcelamento ordinário com prazo de liquidação em 60 meses.

17 Provisões para contingências

A Companhia é parte, seja no polo ativo ou passivo, em ações judiciais e processos administrativos perante órgãos governamentais. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não da constituição de provisão para contingências de acordo com a avaliação da probabilidade de perda dos respectivos processos.

A Companhia possui processos em andamento, envolvendo causas com risco provável de perda, conforme apresentadas abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Tributárias	290	17	290	17
Cíveis	-	30	-	30
Trabalhistas	653	139	653	139
Total	<u>943</u>	<u>186</u>	<u>943</u>	<u>186</u>

Movimentação de contingências

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Saldo no início do exercício	186	48	186	48
Complemento de provisão	787	138	787	138
Pagamentos	(30)	-	(30)	-
Saldo no fim do exercício	943	186	943	186

Além disso, evidencia a seguir o montante dos processos tributários, trabalhistas e cíveis, avaliados pela assessoria jurídica da Companhia como de perda estimável possível e respectivo esclarecimentos:

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Tributárias	6.934	4.640	6.934	4.640
Cíveis	10	5	10	5
Trabalhistas	57	430	57	430
Total	<u>7.001</u>	<u>5.075</u>	<u>7.001</u>	<u>5.075</u>

Tributária

As situações apontadas na esfera tributária como perdas possíveis referem-se às Notificações de Lançamentos e Autos de Infração questionadas diretamente pela Companhia. Atualmente, se encontram em tramitação, acompanhadas juntos aos respectivos órgãos fazendários, seja no âmbito federal ou estadual, conforme detalhamento abaixo:

- (i) IPI - RFB - DRF Recife - avaliação de perda possível no montante de R\$ 2.021, processo de julho de 2015, o fisco autuou a Companhia por entender que as NF de retorno emitidas estão supostamente em desacordo com a legislação. Atualmente o processo está no CARF, após tramitar na DRF.
- (ii) Multa isolada PERDCOMPs - RFB - DRF São Paulo - avaliação de perda possível no montante de R\$ 3.070, processo de novembro de 2017 o fisco notificou lançamento de multa isolada de 50% sobre DCOMPs. Atualmente processo em análise no DRJ (Delegacias de Julgamento – Receita Federal).
- (iii) ICMS – Secretária Estadual do Pará (SEFA) - avaliação de perda possível no montante de R\$ 1.070 mil, processo de novembro de 2017, o fisco autuou a empresa por entender que as NF de retorno emitidas estão supostamente em desacordo com a legislação. Atualmente o processo está em análise na Delegacia de Abaetetuba.
- (iv) Contribuições Previdenciárias – Fazenda Nacional - avaliação de perda possível no montante de R\$ 273 mil, processo de julho de 2016 – Notificação apenas por fazer parte de consórcio que está sendo executado. Execução está suspensa.

Cíveis

A contingência passiva cível apresentada tem origem em processo movido por colaborador de empresa contratada em que é solicitado o ressarcimento por multa e indenização, tendo sido alegado o suposto descumprimento pela Companhia de regra de trânsito. Em defesa, foram apresentados todos os argumentos em contrário aos apresentados pelo autor.

Trabalhista

Em relação às causas trabalhistas, derivam de ações em que a Companhia figura como Reclamada, onde os valores apresentados são os valores originais reclamados que poderão sofrer ajustes/modificações ao longo das discussões judiciais.

Ambiental

Existem processos ambientais de longa data que envolvem várias outras empresas, onde a Alubar é responsável solidária. As possíveis responsabilidades não foram individualizadas. Consequentemente, no atual estágio, não é possível indicar com exatidão o valor da perda isoladamente que poderá vir a ser imputado ou não à Companhia.

18 Dividendos a pagar

A seguir a movimentação dos dividendos a pagar da Companhia:

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Saldo no início do exercício	16.883	10.697	16.883	10.697
Distribuição de dividendos adicionais	9.599	4.602	9.599	4.602
Dividendos pagos	(14.305)	(12.298)	(14.305)	(12.298)
Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios exercício corrente (22.d)	<u>33.806</u>	<u>13.882</u>	<u>33.806</u>	<u>13.882</u>
Total dividendos a pagar	<u>45.983</u>	<u>16.883</u>	<u>45.983</u>	<u>16.883</u>

19 Instrumentos financeiros

(a) Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

Os riscos econômicos financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como preço do alumínio, taxas de câmbio e de juros, bem como, as características dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da alta administração que atua ativamente na sua gestão operacional.

A Companhia possui como prática gerir os riscos existentes de forma conservadora, sendo que, esta prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da alta administração são:

- Risco de mercado;
- Risco de taxa de juros;
- Risco de liquidez; e
- Risco de crédito.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição para o risco acima, seus objetivos, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e do capital da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco

O Conselho de Administração tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado, e no caso específico da Companhia, o risco refere-se ao alumínio, tanto para o mercado interno quanto para externo, acrescidos da variação das taxas de câmbio, taxas de juros e preços das matérias-primas utilizadas no processo produtivo e dos demais insumos utilizados.

A Administração acompanha o mercado e suas oscilações, principalmente o mercado externo do preço do alumínio de forma permanente. Visando minimizar este risco, a Companhia procura se antecipar aos movimentos do mercado, utilizando como principal mecanismo as proteções de preços de commodities. Nesse contexto, visando proteger os seus clientes de eventuais variações bruscas de preços de materiais faturados, a Companhia adota a premissa se utilizar da proteção de *Hedge - SWAP*, baseado todo gerenciamento da proteção em bolsas de preços habilitadas regularmente para tal. A proteção é utilizada para a compra do metal que é utilizado na produção de seus produtos.

Risco cambial

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia, preponderantemente decorrente da contratação de instrumentos financeiros.

Os instrumentos de proteção utilizados para gerenciar as exposições (*Hedge - SWAP*) são estabelecidos pela Administração, de forma que não sejam de caráter especulativo ou possam eventualmente gerar qualquer risco adicional.

Exposição a moeda estrangeira

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia possui operações relacionadas a clientes, fornecedores e derivativos com exposição para o risco de moeda estrangeira.

A Companhia não possui operações de empréstimos em moeda estrangeira.

Exposição ao risco cambial

Um resumo da exposição a risco cambial do Empresa, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

	Controladora			
	2019		2018	
Ativo	USD	R\$	USD	R\$
Instrumentos financeiros derivativos	10.135	40.850	1.464	5.673
Contas a receber	88	354	615	2.383
Total	10.223	41.204	2.079	8.056
Passivo				
Instrumentos financeiros derivativos	(44)	(176)	(2.644)	(10.245)
Empréstimos e financiamentos	(27.200)	(109.647)	-	-
Fornecedores	(931)	(3.753)	(598)	(2.318)
Total	(28.175)	(113.576)	(3.242)	(12.563)
Exposição líquida	(17.952)	(72.372)	(1.163)	(4.507)

	Consolidado			
	2019		2018	
Ativo	USD	R\$	USD	R\$
Instrumentos financeiros derivativos	10.135	40.850	1.464	5.673
Contas a receber	88	354	615	2.383
Total	10.223	41.204	2.079	8.056
Passivo				
Instrumentos financeiros derivativos	(44)	(176)	(2.644)	(10.245)
Empréstimos e financiamentos	(27.200)	(109.647)	-	-
Fornecedores	(931)	(3.753)	(598)	(2.318)
Total	(28.175)	(113.576)	(3.242)	(12.563)
Exposição líquida	(17.952)	(72.372)	(1.163)	(4.507)

Controladora					
2019					
	Cenário provável US\$	Cenário possível US\$ (+25%)	Cenário remoto US\$ (+50%)	Cenário possível US\$ (-25%)	Cenário remoto US\$ (-50%)
Taxa de câmbio (R\$/US\$)	4,09	4,09	4,09	4,09	4,09
Taxas de câmbio conforme cenários	4,09	5,11	6,14	3,07	2,05
Dívida líquida com juros variáveis	109.657	109.657	109.657	109.657	109.657
Efeito no resultado					
- Conforme taxa efetiva 4,09	1.621	1.621	1.621	1.621	1.621
- Conforme cenário de stress	-	29.211	56.820	(26.008)	(53.618)
Efeito líquido no resultado	<u>-</u>	<u>27.610</u>	<u>55.219</u>	<u>(27.610)</u>	<u>(55.219)</u>
Consolidado					
2019					
	Cenário provável US\$	Cenário possível US\$ (+25%)	Cenário remoto US\$ (+50%)	Cenário possível US\$ (-25%)	Cenário remoto US\$ (-50%)
Taxa de câmbio (R\$/US\$)	4,09	4,09	4,09	4,09	4,09
Taxas de câmbio conforme cenários	4,09	5,11	6,14	3,07	2,05
Dívida líquida com juros variáveis	109.657	109.657	109.657	109.657	109.657
Efeito no resultado					
- Conforme taxa efetiva 4,09	1.621	1.621	1.621	1.621	1.621
- Conforme cenário de stress	-	29.211	56.820	(26.008)	(53.618)
Efeito líquido no resultado	<u>-</u>	<u>27.610</u>	<u>55.219</u>	<u>(27.610)</u>	<u>(55.219)</u>

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia incorrer em ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Visando à mitigação desse risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em longo prazo, com taxas pré-fixadas ou pós-fixadas lastreados em CDI, de forma que, quaisquer resultados oriundos da volatilidade desses indexadores tenham pouco ou nenhum impacto significativo.

O valor contábil dos ativos e passivos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de taxas de juros na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi:

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2019	2018	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	5	101.891	10.878	64.468	10.854
Aplicações financeiras	6	24.854	9.293	24.854	9.293
Empréstimos e financiamentos	15	(515.216)	(316.620)	(515.216)	(316.620)
Total		<u>(388.471)</u>	<u>(296.449)</u>	<u>(425.894)</u>	<u>(296.473)</u>

Análise sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia baseada em pesquisas externas junto a instituições financeiras, em um Cenário Provável, a taxa CDI, em 31 de

dezembro de 2019 será de 4,5% a.a. e a TJLP de 5,57% a.a. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos em seus resultados, advindos de uma alta na taxa CDI e TJLP de 25% em relação ao cenário possível e 50% em relação ao cenário remoto, como também, mais dois cenários para demonstrar os efeitos inversos com a redução de 25% e 50%, considerados como Possível e Remoto, respectivamente. A taxa CDI geralmente acompanha a variação da taxa SELIC.

As operações da Companhia são indexadas a taxas pós-fixadas, sendo as taxas pós-fixadas por TJLP e CDI. Sendo assim, a Administração, de uma maneira geral, entende que qualquer oscilação nas taxas de juros não representaria nenhum impacto significativo nos resultados da Companhia conforme demonstrado a seguir:

Controladora					
2019					
	Cenário provável CDI	Cenário possível CDI (+25%)	Cenário remoto CDI (+50%)	Cenário possível CDI (-25%)	Cenário remoto CDI (-50%)
Taxas efetivas do CDI	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Taxas CDI conforme cenários	4,50%	5,63%	6,75%	3,38%	2,25%
Dívida líquida com juros variáveis	213.911	213.911	213.911	213.911	213.911
Efeito no resultado					
- Conforme taxa efetiva 4,50% a.a.	9.626	9.626	9.626	9.626	9.626
- Conforme cenário de stress	-	12.043	14.439	7.230	4.813
Efeito líquido no resultado	-	2.417	4.813	(2.396)	(4.813)
2019					
	Cenário provável TJLP	Cenário possível TJLP (+25%)	Cenário remoto TJLP (+50%)	Cenário possível TJLP (-25%)	Cenário remoto TJLP (-50%)
Taxas efetivas do TJLPI	5,57%	5,57%	5,57%	5,57%	5,57%
Taxas TJLP conforme cenários	5,57%	6,96%	8,36%	4,18%	2,79%
Dívida líquida com juros variáveis	23.035	23.035	23.035	23.035	23.035
Efeito no resultado					
- Conforme taxa efetiva 5,57% a.a.)	1.283	1.283	1.283	1.283	1.283
- Conforme cenário de stress	-	1.603	1.926	963	640
Efeito líquido no resultado	-	320	643	(320)	(640)
Efeito CDI + TJLP	-	2.737	5.456	(2.716)	(5.453)

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia, sendo o valor contábil a representação da exposição máxima de crédito.

A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria. Detalhes sobre a concentração de receita estão na nota explicativa 6.

A gestão de risco de crédito da Companhia é feita por meio da execução de cronograma físico-financeiro, em que as entradas de recursos advindas dos clientes sejam compatíveis com o cronograma de produção, de forma que o fluxo de caixa relacionado a cada período seja superavitário, e com constante acompanhamento dos recebimentos e do processo de produção de toda a carteira de clientes em aberto. Adicionalmente, a Companhia procura manter uma carteira diversificada de clientes, bem como, concentra suas vendas a clientes relevantes.

De forma geral, o direcionamento dos negócios é tratado em reuniões de comitê para tomadas de decisões. Há acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados.

Avaliação da perda esperada de crédito para clientes (contas a receber)

A Companhia adota o CPC 48, com impactos significativos no que se refere a utilização de todas as informações razoáveis relacionadas a eventos passados, condições atuais e condições econômicas, como indicadores de riscos e variações macroeconômicas nas análises com a finalidade de avaliar a expectativa de perdas futuras, relacionadas à base do contas a receber.

Os critérios estabelecidos para a mensuração da provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber são conforme a seguir apresentados:

Estágio 1: Quando os créditos estão vencidos, porém os mesmos estão sendo recebidos ou possuem um histórico de adimplência, em negociação/acordo com boa probabilidade de recuperação:

- **Grupo A:** Grandes contratos, para os quais há um bom histórico de cumprimento das condições contratuais e cronograma de pagamentos, para os quais há clientes com uma inadimplência média de até 43 dias. Clientes classificados nesta categoria, com esta situação, a Companhia entende que não há riscos de perda, logo, não há nenhuma provisão para redução ao valor recuperável constituída.
- **Grupo B:** Clientes com títulos em inadimplência acima de 180 dias e acordos de parcelamento e/ou confissão de dívida. Clientes nesta situação a provisão para redução ao valor recuperável varia entre 1% a 20%, de acordo com a expectativa de recebimento, baseada em análise financeiras, bem como as efetividade das medidas de cobrança individualizadas de cada cliente.
- **Grupo C:** Clientes com créditos em cobrança judicial, desde que não haja sucesso no acordo direto com o cliente. Clientes nesta situação a provisão para redução ao valor recuperável varia entre 21% a 50%, de acordo com a expectativa de recebimento, baseada em análise financeiras, bem como as efetividade das medidas de cobrança individualizadas de cada cliente.
- **Estágio 2:** Quando os créditos estão vencidos há mais de 180 dias, já foram renegociados, no entanto continuaram inadimplentes, não sendo considerada nenhuma probabilidade de recuperação. Adicionalmente clientes que encontram-se em recuperação judicial. Clientes nesta situação é constituída a provisão de 100% do saldo existente no contas a receber como redução ao valor recuperável.

Com base nos critérios acima apresentados, a Companhia concluiu quanto à provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber em 31 de dezembro de 2019 conforme demonstrados na nota explicativa nº 7.

Em 31 de dezembro de 2019, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas na realização das contas a receber a vencer, uma vez que o risco é minimizado por recebimento de antecipações no ato da assinatura do contrato de fornecimento e por historicamente não haver inadimplência significativa, conforme baixos índices comparados com a evolução da receita da Companhia.

Para proteger-se do risco de inadimplência dos clientes, a companhia utiliza-se de sistemas e processos para checar a qualidade e capacidade de pagamento. Esses sistemas e processos incluem, mas não se limitam às seguintes funções:

- Ferramentas terceirizadas de tomada de decisão (Softwares de análise de crédito);
- Gestão ativa da base de clientes existente;
- Gestão ativa de processos de recebimento; e
- Monitoramento do risco de crédito.

Demonstramos a seguir o valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das demonstrações financeiras:

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2019	2018	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa (a)	5	101.891	10.878	64.468	10.854
Aplicações financeiras (a)	6	24.854	9.293	24.854	9.293
Instrumentos financeiros derivativos (b)	19	40.674	(4.572)	40.674	(4.572)
Adiantamento a fornecedores		19.184	19.030	19.181	13.432
Contas a receber de clientes	7	198.432	182.964	201.199	185.134
Empréstimos e mútuos com partes relacionadas	15	3.638	15.961	12.078	22.381
Total		388.673	233.554	362.454	236.522

- (a) O Caixa e equivalentes de caixa, assim com as aplicações financeiras são mantidos em bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AA- e AA+, baseado no rating da agência Moody's.
- (b) Os instrumentos financeiros derivativos são contratadas com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AA- e AA+, baseado no rating da agência Moody's. A Companhia realiza depósito bancário para cobertura de riscos com operações em bolsa (*Hedge - SWAP*).

Os saldos apresentados em caixa e equivalentes de caixa são concentrados em seis instituições financeiras. A Companhia possui com essas instituições operações de empréstimos e financiamentos cujo saldo devedor naquela data era significativamente superior aos saldos mantidos.

No geral, a Administração entende que não há risco de crédito significativo ao qual a Companhia esteja exposta, considerando as características das contrapartes, níveis de concentração e relevância dos valores em relação ao faturamento.

Garantias

A política da Companhia é fornecer garantias financeiras para obrigações com clientes. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia havia emitido R\$ 174.488 entre Carta Fiança e Seguro Garantia.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia no gerenciamento do risco de liquidez é de garantir o pagamento de suas obrigações, motivo pelo qual tem por objetivo manter disponibilidade de caixa para cumprimento de suas obrigações de curto prazo, fazendo o possível para que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

Controladora					
2019					
	Valor Contábil	Até 1 ano	1 – 2 Anos	2 - 5 Anos	Mais que 5 anos
Passivos					
Empréstimos e financiamentos	(515.216)	(222.814)	(137.144)	(134.975)	(20.283)
Fornecedores e outras contas a pagar	<u>(124.682)</u>	<u>(124.682)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>(639.898)</u>	<u>(347.496)</u>	<u>(137.144)</u>	<u>(134.975)</u>	<u>(20.283)</u>
2018					
	Valor contábil	Até 1 ano	1 – 2 Anos	2 - 5 Anos	Mais que 5 anos
Passivos					
Empréstimos e financiamentos	(316.620)	(122.687)	(69.548)	(55.795)	(71.412)
Fornecedores e outras contas a pagar	<u>(134.304)</u>	<u>(134.304)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>(450.924)</u>	<u>(256.991)</u>	<u>(69.548)</u>	<u>(55.795)</u>	<u>(71.412)</u>
Consolidado					
2019					
	Valor contábil	Até 1 ano	1 – 2 Anos	2 - 5 Anos	Mais que 5 anos
Passivos					
Empréstimos e financiamentos	(515.216)	(222.814)	(137.144)	(134.975)	(20.283)
Fornecedores e outras contas a pagar	<u>(129.906)</u>	<u>(129.906)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>(645.122)</u>	<u>(352.720)</u>	<u>(137.144)</u>	<u>(134.975)</u>	<u>(20.283)</u>
2018					
	Valor Contábil	Até 1 ano	1 – 2 Anos	2 - 5 Anos	Mais que 5 anos
Passivos					
Empréstimos e financiamentos	(316.620)	(122.687)	(69.548)	(55.795)	(71.412)
Fornecedores e outras contas a pagar	<u>(139.851)</u>	<u>(139.851)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>(456.471)</u>	<u>(262.538)</u>	<u>(69.548)</u>	<u>(55.795)</u>	<u>(71.412)</u>

Não é esperado que fluxos de caixa incluídos nas análises de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Instrumento financeiro derivativos

A Companhia realiza operações em bolsa (*Hedge - SWAP*), objetivando garantir eventuais resultados negativos. Em 31 de dezembro de 2019 o saldo mantido em operações de Hedge foi um Ativo de R\$ 40.074 (passivo de R\$ 4.572 em 31 de dezembro de 2018). A Companhia tem como prática registrar as variações do valor de mercado (MTM) apenas quando ocorrem financeiramente a liquidação da operação (reconhecimento por caixa). Em decorrência da falta do reconhecimento do MTM destas operações, em 31 de dezembro de 2019, o ativo circulante e não circulante estão registrados respectivamente a maior em R\$ 33.918 mil e R\$ 6.932 mil, o passivo circulante e não circulante estão registrados respectivamente a menor em R\$ 149.850 mil e R\$ 46.869 mil (em 2018 o passivo circulante e não circulante estão registrados a menor em R\$ 14.859 mil e R\$ 49.038 mil), e o resultado do exercício a maior em R\$ 173.672 mil (em 2018 o resultado estava maior em R\$ 108.119 mil). Ressaltando que todas as operações com derivativos são de origem operacional, visando a proteção de contratos de venda futura.

Risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia utiliza para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado de capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e avalia proporcionalmente o endividamento em relação ao capital próprio.

(b) Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 estão identificados conforme a seguir:

	Categoria dos instrumentos financeiros	Controladora			
		31/12/2019		31/12/2018	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativo	CPC 48 / IFRS 9				
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	64.468	64.468	10.854	10.854
Aplicação financeira	VJR	24.854	24.854	9.293	9.293
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	201.199	201.199	185.134	185.134
Partes relacionadas	Custo amortizado	12.078	12.078	22.381	22.381
Instrumntos financeiros derivativos	VJR	<u>40.850</u>	<u>40.850</u>	<u>5.673</u>	<u>5.673</u>
Total do ativo		<u>343.449</u>	<u>343.449</u>	<u>233.335</u>	<u>233.335</u>

		Controladora			
		31/12/2019		31/12/2018	
Categoria dos instrumentos financeiros		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Passivo					
Fornecedores e outras contas a pagar	Custo amortizado	124.682	124.682	134.304	134.304
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	13.258	13.258	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	VJR	176	176	10.245	10.245
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	<u>515.216</u>	<u>515.216</u>	<u>316.620</u>	<u>316.620</u>
Total do passivo		<u>653.332</u>	<u>653.332</u>	<u>461.169</u>	<u>461.169</u>

		Consolidado			
		31/12/2019		31/12/2018	
Categoria dos instrumentos financeiros		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	101.891	101.891	10.878	10.878
Aplicação financeira	VJR	24.854	24.854	9.293	9.293
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	198.432	198.432	182.964	182.964
Partes Relacionadas	Custo amortizado	3.638	3.638	15.961	15.961
Instrumentos financeiros derivativos	Custo amortizado	<u>40.850</u>	<u>40.850</u>	<u>5.673</u>	<u>5.673</u>
Total do ativo		<u>369.665</u>	<u>369.665</u>	<u>224.769</u>	<u>224.769</u>

		Consolidado			
		31/12/2019		31/12/2018	
Categoria dos instrumentos Financeiros		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Passivo					
Fornecedores e outras contas a pagar	Custo amortizado	129.906	129.906	139.851	139.851
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	13.258	13.258	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	Custo amortizado	176	176	10.245	10.245
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	<u>515.216</u>	<u>515.216</u>	<u>316.620</u>	<u>316.620</u>
Total do passivo		<u>658.556</u>	<u>658.556</u>	<u>466.716</u>	<u>466.716</u>

A tabela acima não inclui diferenças sobre o valor justo de ativos e passivos financeiros, uma vez que o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

(c) Hierarquia do valor justo

Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como detalhado na nota explicativa 2.3 acima.

Alubar Metais e Cabos S.A.
Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2019

Controladora

Valor justo em 31 de dezembro de 2019

	Saldo em 2019	Mercado Ativo - Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo - Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo - Título Patrimonial (Nível 3)
Ativo				
Caixa e equivalentes	64.468	64.468	-	-
Aplicações financeiras	24.854	24.854	-	-
Contas a receber	201.199	-	201.199	-
Partes Relacionadas	12.178	-	12.178	-
Instrumento financeiro derivativos	40.850	40.850	-	-
Passivo				
Fornecedores e outras contas a pagar	124.682	-	124.682	-
Passivo por arrendamento	13.258	-	13.258	-
Instrumentos financeiros derivativos	176	176	-	-
Empréstimos e financiamentos	515.216	-	515.216	-

Valor justo em 31 de dezembro de 2018

	Saldo em 2018	Mercado Ativo - Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo - Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo - Título Patrimonial (Nível 3)
Ativo				
Caixa e equivalentes	10.854	10.854	-	-
Aplicações financeiras	9.293	9.293	-	-
Contas a receber	185.134	-	185.134	-
Partes Relacionadas	22.381	-	22.381	-
Instrumento financeiro derivativos	5.673	5.673	-	-
Passivo				
Fornecedores	134.304	-	134.304	-
Instrumentos financeiros derivativos	10.245	10.245	-	-
Empréstimos e financiamentos	316.620	-	316.620	-

Consolidado

Valor justo em 31 de dezembro de 2019

	Saldo em 2019	Mercado Ativo - Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo - Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo - Título Patrimonial (Nível 3)
Ativo				
Caixa e equivalentes	101.891	101.891	-	-
Aplicações financeiras	24.854	24.854	-	-
Contas a receber	198.432	-	198.432	-
Partes relacionadas	3.638	-	3.638	-
Instrumento financeiro derivativos	40.850	40.850	-	-
Passivo				
Fornecedores	129.906	-	129.906	-
Passivo por arrendamento	13.258	-	13.258	-
Instrumentos financeiros derivativos	176	176	-	-
Empréstimos e financiamentos	515.216	-	515.216	-

Valor justo em 31 de dezembro de 2018

	Saldo em 2018	Mercado Ativo - Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo - Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo - Título Patrimonial (Nível 3)
Ativo				
Caixa e equivalentes	10.878	10.878	-	-
Aplicações financeiras	9.293	9.293	-	-
Contas a receber	182.964	-	182.964	-
Partes relacionadas	15.961	-	15.961	-
Instrumento financeiro derivativos	5.673	5.673	-	-
Passivo				
Fornecedores	139.851	-	139.851	-
Instrumentos financeiros derivativos	10.245	10.245	-	-
Empréstimos e financiamentos	316.620	-	316.620	-

20 Partes relacionadas

Operações de empréstimo mútuo

Todos os saldos com partes relacionadas são avaliados com base em seus custos históricos de valor e devem ser liquidados de acordo com a definição específica. Nenhum dos saldos possui garantias ou sofre qualquer atualização.

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Contas a receber – Ativo				
Alubar Coppertec Ind. e Com.	-	-	8.152	5.250
Alubar Montenegro	-	-	2.727	-
Empréstimo o mútuo – Ativo				
Adiantamento a acionistas	2.260	2.255	2.260	2.255
Adiantamento a diretores	1.378	1.497	1.378	1.497
Alubar Coppertec Ind. e Com. (a)	-	-	3.464	6.420
Alubar Energia S.A. (b)	-	12.209	-	12.209
Alubar Montenegro (c)	-	-	1.094	-
Alubar Metaux (d)	-	-	3.882	-
Total ativo	<u>3.638</u>	<u>15.961</u>	<u>22.957</u>	<u>27.631</u>
Empréstimo o mútuo – passivo				
Alubar Energia S.A. (b)	5.743	-	5.743	-
Empréstimos a acionistas	-	1.666	-	1.666
Total passivo	<u>5.743</u>	<u>1.666</u>	<u>5.743</u>	<u>1.666</u>
Resultado				
Vendas de produtos da Controladora para Alubar Coppertec	-	-	3.206	18.255
Controladora comprou produtos da Alubar Coppertec	-	-	-	(16.958)
Vendas de produtos da Controladora para Alubar Montenegro	-	-	2.426	-
Vendas de produtos da Controladora para Alubar Energia	-	-	425	-
Operação de venda de Imobilizado	-	-	(99)	-
Total resultado	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.958</u>	<u>1.297</u>

a. *Alubar Coppertec Comercial de Fios e Cabos Elétricos Ltda.*

Conforme apresentado na nota explicativa 1.2, a Alubar Metais e Cabos S.A. criou uma nova empresa em 2017, e tendo em vista sua participação societária e gestão administrativa e operacional, é a controladora da referida empresa.

Os saldos da Alubar Coppertec Comercial de Fios e Cabos Elétricos Ltda. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são conforme a seguir demonstrado:

	2019	2018
Participação societária	99,63 %	99,63 %
Circulante	8.425	16.483
Ativo Não circulante	2.208	1.274
Circulante	8.302	11.023
Passivo Não circulante	3.464	6.420
Patrimônio líquido	1.133	314
Resultado líquido do exercício	(1.447)	(266)

O efeito do resultado de equivalência não reconhecido pela Alubar Metais e Cabos S.A. em 2019 referente à sua participação nesta controlada foi um prejuízo de R\$ 1.447.

b. Alubar Energia S.A.

Contratos referentes a concessão de empréstimos serão quitados no ano de 2020.

c. Alubar Cabos Elétricos Montenegro Importação, Industria e Comércio Ltda.

Conforme apresentado na nota explicativa 1.2, a Alubar Metais e Cabos S.A constituiu em 08 de novembro de 2019 a Alubar Cabos Elétricos Montenegro Importação, Industria e Comércio Ltda., na cidade de Montenegro - RS, e tendo em vista sua participação societária e gestão administrativa e operacional, é a controladora da referida empresa.

Os saldos da Alubar Cabos Elétricos Montenegro Importação, Industria e Comércio Ltda., na cidade de Montenegro - RS. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são conforme a seguir demonstrado:

	2019	2018
Participação societária	100 %	-
Circulante	2.495	-
Ativo Não circulante	15.716	-
Circulante	2.917	-
Passivo Não circulante	1.094	-
Patrimônio líquido	14.200	-

d. Alubar Canada Holding Inc.

Conforme apresentado na nota explicativa 1.2, a Alubar Metais e Cabos S.A. constituiu em 27 de agosto de 2019 a Alubar Canada Holding Inc. e tendo em vista sua participação societária e gestão administrativa e operacional, é a controladora da referida empresa.

Os saldos da Alubar Canada Holding Inc. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são conforme a seguir demonstrado:

	2019	2018
Participação societária	100 %	-
Circulante	39.762	-
Ativo Não circulante	66.623	-
Circulante	6	-
Passivo Não circulante	3.882	-
Patrimônio líquido	102.497	-
Resultado líquido do exercício	(1.007)	-

e. Remuneração do pessoal chave da administração

Quanto aos valores pagos à pessoa jurídica pertencente a diretores, não há saldos em aberto no encerramento do exercício e o montante pago durante o exercício de 2019 corresponde a R\$ 1.895 (R\$ 1.602 em 2018) referentes à prestação de serviços de assessoria e gestão empresarial.

21 Adiantamento de clientes

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Maior cliente	12.832	29.089	12.832	29.087
Demais clientes	83.960	59.845	83.960	59.845
Total	96.792	88.934	96.792	88.932

A Companhia adota a política de receber adiantamento de clientes, por conta de contratos de fornecimentos já formalizados. Nesse caso, tais valores contribuem para evitar um comprometimento maior de capital para os fornecimentos em questão. Parcela do saldo apresentado para o maior cliente é direcionado para atender limites de créditos em operações em bolsa. São avaliados individualmente contratos, mas, em geral os adiantamentos são equivalentes a 10%. O saldo adiantado não tem incidência de atualizações monetárias.

O objetivo é a proteção dos valores e quantidades de alumínio formalmente comprometidos na operação. Do valor total dos adiantamentos, 58% estão concentrados nos clientes EKTT (50%) e EDP Transmissão (8%).

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

Dividido em ações ordinárias avaliadas a R\$1 (um Real) cada e a movimentação das ações está demonstrada a seguir:

Acionistas	31/12/2019 e 31/12/2018		
	Ações	Valor	
Aluminum Investment	85.416.243	85.416	98,06%
Minoritários	1.697.950	1.698	1,94%
Total	87.114.193	87.114	100%

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

b. Reservas de lucros

A Companhia mantém reservas de lucros para cobertura de aumento de capital, distribuição de lucros, eventual descumprimento de cláusulas contratuais de empréstimos em andamento, absorção de prejuízo, dentre outros.

c. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

d. Dividendos a distribuir

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. Os dividendos a pagar foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

	Controladora	
	2019	2018
Resultado do exercício	142.342	58.452
(-) Reserva legal	(7.117)	(2.923)
Base de cálculo	135.225	55.529
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	33.806	13.882

A administração da Companhia mantém reserva de lucros de R\$ 101.427 a fim de aguardar a proposta aprovada para distribuição em Assembleia, por tratar-se de distribuição em montante superior aos dividendos mínimos obrigatórios.

23 Receita operacional líquida

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Receita bruta de vendas de produtos	1.656.239	1.016.026	1.654.885	1.015.421
(-) Deduções				
ICMS	(187.193)	(123.039)	(186.964)	(123.013)
IPI	(120.637)	(67.854)	(120.721)	(67.857)
PIS	(4.695)	(4.385)	(4.693)	(4.445)
COFINS	(21.622)	(20.188)	(21.615)	(20.475)
Devoluções/Cancelamentos de vendas	(69.349)	(42.412)	(69.124)	(41.751)
Total deduções	(403.496)	(257.878)	(403.117)	(257.541)
Total receita operacional líquida	1.252.743	758.148	.251.768	757.880

24 Custo dos produtos vendidos

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Matéria-prima (a)	(901.403)	(528.559)	(900.647)	(530.358)
Combustíveis e lubrificantes	(32.853)	(19.921)	(32.853)	(19.921)
Material de embalagem	(51.369)	(31.219)	(51.351)	(31.075)
Serviços de terceiros	(17.478)	(11.728)	(17.321)	(11.414)
Pessoal	(56.362)	(46.227)	(56.362)	(46.227)
Depreciação e amortização	(12.776)	(11.193)	(12.656)	(11.193)
Outros custos	(21.975)	(10.101)	(21.764)	(10.101)
Total	(1.094.216)	(658.948)	(1.092.954)	(660.289)

- (a) Em 2019 houve um aumento no volume de vendas em relação a 2018, justificando a variação no item matéria prima e custo proporcionalmente.

25 Despesas com vendas

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Pessoal	(4.830)	(3.951)	(4.828)	(3.924)
Materiais	(49)	(58)	(47)	(57)
Serviços de terceiros	(832)	(655)	(802)	(643)
Fretes sobre vendas	(39.789)	(32.182)	(39.451)	(31.331)
Comissão sobre vendas	(7.004)	(8.056)	(7.004)	(8.056)
Seguros	(2.732)	(3.275)	(2.711)	(3.275)
Depreciação e amortização	(52)	(15)	(53)	(15)
Outras despesas com vendas	(1.000)	(1.481)	(989)	(1.474)
Total	(56.288)	(49.673)	(55.885)	(48.775)

26 Despesas administrativas

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Pessoal	(26.160)	(20.839)	(25.705)	(20.387)
Materiais	(1.631)	(1.164)	(1.627)	(1.138)
Serviços de terceiros	(15.084)	(10.337)	(14.638)	(10.212)
Viagens e hospedagens	(2.477)	(2.443)	(2.465)	(2.433)
Armazenagem	(3.701)	(2.416)	(3.701)	(2.416)
Seguros	(666)	(807)	(666)	(807)
Patrocínios a cultura e esportes	(2.702)	-	(2.702)	-
Depreciação e amortização	(2.302)	(2.347)	(2.287)	(2.347)
Outras despesas	(5.355)	(4.967)	(5.330)	(4.949)
Total	(60.078)	(45.320)	(59.121)	(44.689)

27 Outras receitas e (despesas) operacionais

27.a Outras receitas operacionais

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Subvenções governamentais (a)	175.551	113.278	175.551	113.278
Recuperação de despesas	503	1.544	503	1.544
Total	176.054	114.822	176.054	114.822

(a) Vide detalhes sobre as subvenções governamentais conforme nota explicativa nº 4.4.

27.b Outras despesas operacionais

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Outras despesas	(4.519)	(7.884)	(4.504)	(7.743)
Total	(4.519)	(7.884)	(4.504)	(7.743)

28 Resultado financeiro, líquido

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Receitas financeiras				
Juros sobre contas a receber	851	543	815	526
Descontos auferidos	356	380	356	380
Receita aplicações financeiras	1.305	2.177	1.045	2.177
Variação monetária / Cambial ativa	<u>7.966</u>	<u>3.580</u>	<u>7.966</u>	<u>3.580</u>
Total de receitas financeiras	10.478	6.680	10.182	6.663
Despesas financeiras				
Despesa de juros sobre passivos financeiros	(24.597)	(20.317)	(24.597)	(20.317)
Juros / Multas sobre empréstimos e financiamentos	(18.298)	(20.566)	(18.298)	(20.566)
Variação monetária / Cambial passiva	(8.673)	(3.526)	(8.673)	(3.526)
Descontos concedidos	(8.773)	(3.493)	(7.521)	(3.493)
Despesas bancárias	<u>(3.094)</u>	<u>(2.865)</u>	<u>(3.023)</u>	<u>(2.807)</u>
Total de despesas financeiras	(63.435)	(50.767)	(62.112)	(50.709)
Resultado financeiro, líquido	<u>(52.957)</u>	<u>(44.087)</u>	<u>(51.930)</u>	<u>(44.046)</u>

29 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia provisionou, a título de impostos sobre o resultado auferido no exercício, os seguintes montantes, inclusive considerando o resultado do lucro da exploração:

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Imposto de renda				
Lucro antes do IRPJ e CSL	162.751	67.264	162.751	66.884
Adições:				
(-) Prov. para redução ao valor recup do contas a receber	-	403	-	403
Responsabilidade social	673	1.075	673	1.075
Lei. 12.973 adição depreciação	1.811	1.811	1.811	1.811
Outras adições	<u>969</u>	<u>1.011</u>	<u>969</u>	<u>1.010</u>
Total adições	3.453	4.300	3.453	4.299
Exclusões:				
Diferença depreciação fiscal e contábil (vida útil)	(16.697)	(9.406)	(16.697)	(9.406)
Outras exclusões	<u>-</u>	<u>(127)</u>	<u>-</u>	<u>(127)</u>
Total exclusões	(16.697)	(9.533)	(16.697)	(9.533)
Base para IRPJ e CSLL	149.507	62.031	149.507	61.650
Compensação de Prejuízo Fiscal	-	(114)	-	-
Base para IRPJ e CSLL após compensação	<u>149.507</u>	<u>61.917</u>	<u>149.507</u>	<u>61.650</u>
IRPJ 15%	22.426	9.287	22.426	9.247
Adicional de 10%	14.927	6.162	14.927	6.141
(-) PAT	<u>(897)</u>	<u>(370)</u>	<u>(897)</u>	<u>(370)</u>
1 - Total IRPJ (1+2)	<u>36.456</u>	<u>15.079</u>	<u>36.456</u>	<u>15.018</u>
2 - Redução Incentivada IRPJ (75%)	(29.505)	(12.134)	(29.505)	(12.134)
3 - (-) Compensações	<u>(97)</u>	<u>(385)</u>	<u>(97)</u>	<u>(385)</u>
4- IRPJ a pagar (1-2-3)	6.854	2.560	6.854	2.499

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Imposto de renda				
5- Cálculo reinvest. 30% (Depósito BASA)	-	-	-	-
6- Valor a recolher - Receita Federal (4-5)	6.854	2.560	6.854	2.499
Total a recolher	6.854	2.560	6.854	2.499
Contribuição social				
1 - Provisão CSLL	13.456	5.572	13.456	5.548
2 – Compensações	(11)	(11)	(11)	(11)
3 - Valor a pagar (1-2)	13.445	5.561	13.445	5.537
Subtotal provisão IRPJ e CSLL	49.911	20.640	49.911	20.566
Total de redução 75% subvenção IRPJ e CSLL do exercício	(29.505)	(12.134)	(29.505)	(12.134)
Total de compensações	(109)	(396)	(109)	(396)
Total IRPJ e CSLL	20.297	8.110	20.297	8.036

Incentivo Fiscal Federal - Redução da alíquota do Imposto de Renda - Lucro da Exploração

A Companhia opera em regime tributário de lucro real anual e tem incentivo fiscal relativo à redução da alíquota do Imposto de Renda de 75% sobre os lucros operacionais originados pelas suas atividades principais (lucro da exploração).

Esse incentivo fiscal é reconhecido diretamente no demonstrativo de resultado, e o valor do Imposto de Renda é apresentado de forma líquida, isto é, o valor total menos o incentivo auferido. Em 2019, a Companhia auferiu R\$ 29.505 desse tipo de incentivo fiscal (R\$ 12.134 em 2018).

30 Eventos subsequentes

Início de operação das controladas adquiridas em 2019

Em 2019 a Alubar Metais e Cabos S.A., em processo de expansão das atividades operacionais constitui empresas (controladas), as quais estavam em estágio pré operacional, e iniciaram suas operações nas datas listadas a seguir: (i) janeiro de 2020 - Alubar Cabos Elétricos Montenegro Importação, Ind e Com Ltda.; (ii) março de 2020 - Alubar Canadá Holding Inc.; e (iii) abril de 2020 - Alubar Metals LLC.

COVID – 19 – Coronavírus – Impactos para a Companhia

Em março de 2020 foi declarada pela OMS a pandemia da Covid-19, e após o reconhecimento da situação de pandemia pela OMS/ONU, o governo brasileiro também reconheceu a situação – o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, reconheceu, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020.

Desde então, a Companhia tem acompanhado a propagação do vírus no Brasil e no mundo e seus impactos na economia. Até o momento da divulgação da demonstração financeira, não foi observado nenhum impacto relevante e significativo nas condições que já existiam na data final do período contábil a que se referem as demonstrações contábeis, nos termos da norma técnica CPC 24 / IASB 10 – CPC 24 – Evento Subsequente, e que já não estejam refletidas nos ajustes contábeis sobre a mensuração dos ativos e passivos da Companhia e suas controladas para as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Ainda não é possível mensurar, com precisão razoável, futuros impactos financeiros e econômicos que a Covid-19 possa causar, dado que os cenários são múltiplos.

A Companhia e suas controladas tomaram diversas medidas de prevenção para seus colaboradores, evitando que se exponham a situações de risco, tais como: (i) cancelamento de viagens nacionais e internacionais; (ii) adoção de home office e rodizio de colaboradores para evitar aglomerações; (iii) utilizações de meios de atendimento remotos, dentre outras. A Companhia continuará atendendo às orientações e determinações dos órgãos competentes e poderá adotar novas medidas preventivas, com foco na segurança de seus colaboradores.

Dentre os possíveis efeitos, que ainda não podem ser mensurados, citamos: (i) a possibilidade de revisão da projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais da Companhia para o ano de 2020; (ii) exposição a variação e cambial em função das captações de recursos em moeda estrangeira e contratos de proteção das commodities, bem como respectivas taxas de juros, as quais estão parcialmente cobertas por operações financeiras de derivativos, cujo cenários de exposição estão divulgados na análise de sensibilidade na nota explicativa n.º 19.

A Companhia e suas controladas trabalham com uma política de caixa conservadora, que busca manter a liquidez robusta, mediante a realização de aplicações em instituições financeiras de primeira linha e em operações com baixo risco de crédito.

A administração da Companhia está acompanhando de perto os possíveis impactos do COVID - 19 em seus negócios e mercado de atuação, não sendo possível ainda estimar possíveis efeitos na situação patrimonial e resultados advindos da pandemia.

Reiteramos que até a presente data não foi identificado aumento no índice de inadimplência no contas a receber da Companhia.

* * *

Diretoria

José Maria Barale
Presidente do Conselho Administrativo

Maurício Gouvêa dos Santos
Diretor Executivo

Responsável técnico
Otávio Jorge Carvalho Ribeiro
Diretor Financeiro
Contador n.º 8435/O CRC/PA
CPF n.º 085.773.312-53